



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5/2026/IMAC - DLCC**

Processo nº 4022.005105.00009/2026-42

**1. OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores, tipo caminhonete 4x4 e pick-up cabine dupla, zero quilômetro, destinados ao atendimento das necessidades operacionais do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, especialmente nas atividades de fiscalização ambiental, monitoramento e suporte logístico, a ser realizado por meio de Pregão Eletrônico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS**

**2.1. QUADRO DE ITENS**

Item	Descrição	Und	Quant. Consumo	Quant. Registro	Valor Unit	Valor Total
01	Veículo automotor tipo caminhonete 4x4, zero quilômetro, com as seguintes características mínimas: Características gerais: Zero km; 04 portas; Capacidade para 05 ocupantes. Com 1º (primeiro) emplacamento em nome do órgão, não será admitida transferência; Cor: Pintura na cor branca conforme disponibilizado pelo fabricante.	UND	05	10		



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

Item	Descrição	Und	Quant. Consumo	Quant. Registro	Valor Unit	Valor Total
02	Veículo tipo PICK-UP CABINE DUPLA TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA Características gerais: Zero km; 04 portas; Capacidade para 05 ocupantes. 1º (primeiro) emplacamento em nome do órgão; Cor: Pintura na cor branca conforme disponibilizado pelo fabricante.	UND	03	05		
VALOR TOTAL						

**2.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**2.2.1. ITEM 01 – CAMINHONETE 4X4 (DIESEL)**

Veículo automotor tipo caminhonete 4x4, zero quilômetro, com as seguintes características mínimas: Características gerais: Zero km; 04 portas; Capacidade para 05 ocupantes. Com 1º (primeiro) emplacamento em nome do órgão, não será admitida transferência; Cor: Pintura na cor branca conforme disponibilizado pelo fabricante; Estrutura do tipo chassi; Fabricação: Nacional ou Mercosul.

Dimensões: Comprimento total mínimo: 5.280 mm; Distância mínima entre eixos: 3.000 mm; Largura mínima: 1.820 mm. Motor: Potência mínima igual ou superior a 190 cv; Cilindrada mínima 2.298 cm<sup>3</sup> Aspiração: turbocompressor; Combustível: diesel; Capacidade mínima do tanque de combustível: 73 litros; Transmissão: automática no mínimo, 6 marchas à frente e 1 marcha à ré; Piloto automático; Direção: Elétrica, hidráulica ou eletro-hidráulica; Tração: 4X4. Caçamba: Capacidade: de carga mínima 1.000 kg. Itens de conforto e segurança: Freio com Sistema Anti-Bloqueio (ABS) nas quatro rodas; Sistema de distribuição eletrônica de frenagem (EBD); Assistente de Frenagem de Emergência; Controle de Estabilidade; Controle ativo de tração; Assistente de Partida em Rampa; Rodas em liga leve aro mínimo 17; Airbags frontais e laterais (passageiros e motorista); Alarme/sistema anti-furto (de série ou opcional do fabricante); Encosto de cabeça para todos os ocupantes; Sensor de chuva (de série); Acendimento Automático dos faróis; Regulagem elétrica de altura dos faróis; Trava elétrica nas portas; Protetor de cárter; Protetor de caçamba (de série); Estribos laterais (de série ou opcional do fabricante); Ar-condicionado; Banco do motorista com ajuste de altura (de série); Bancos em revestimento premium ou couro (de série ou opcional do fabricante); Controle elétrico dos vidros dianteiros e traseiros; Central multimídia equipada com câmera de ré (de série ou opcional do fabricante); Sensor de estacionamento traseiro (de série ou opcional do fabricante); Farol de neblina (de série ou opcional do fabricante); Jogo de tapete. Acessórios e equipamentos: Capota da caçamba em fibra, com porta traseira; Sinalizador tipo rotativo com cúpula na cor âmbar e com acionamento no painel de instrumentos; Engate e reboque com freios para carga mínima de 3.000 kg (homologado pelo INMETRO); Guarda mato de impulsão para evitar danos na parte



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

frontal do veículo; Película com proteção solar; Plotagem do veículo conforme padrão do órgão modelo em anexo. Demais itens: Equipado com todos os itens de série ou opcionais do fabricante, conforme catálogo comercial do produto. Equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Garantia total do veículo pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 (cem mil) quilômetros, prevalecendo o que ocorrer primeiro, a contar de efetivo recebimento do veículo pelo Contratante. Declaração emitida pelo fabricante dos equipamentos e/ou qualquer outro documento emitido pelo fabricante, que possui assistência técnica autorizadas na capital de Rio Branco/Acre. Exigência de carta de Solidariedade Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

**2.2.2. ITEM 02 – PICK-UP CABINE DUPLA (FLEX)**

Veículo tipo PICK-UP CABINE DUPLA TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA

Características gerais: Zero km; 04 portas; Capacidade para 05 ocupantes. 1º (primeiro) emplacamento em nome do órgão; Cor: Pintura na cor branca conforme disponibilizado pelo fabricante. Dimensões: Comprimento total mínimo: 4.770 mm; Distância mínima entre eixos: 2.800 mm; Largura total mínima: 1.834 mm. Motor: Potência mínima igual ou superior a 139 cv (quando em gasolina); Combustível: tipo flex; Capacidade mínima do tanque de combustível: 44 litros; Transmissão: Automática; Direção: Hidráulica ou Elétrica; Bagageiro: Carga: capacidade mínima de 600,00 kg. Caçamba em litros: capacidade mínima 680 litros. Itens de conforto e segurança: Freio com Sistema Anti-Bloqueio (ABS) nas quatro rodas; Sistema de distribuição eletrônica de frenagem (EBD); Controle de Estabilidade; Controle ativo de tração; Roda em liga leve aro mínimo 17; Sistema de monitoramento de pressão dos pneus – TPMS; Airbags com capacidade mínima de 6: duplo frontal, duplo lateral e duplo de cortina; Alarme/sistema anti-furto (de série ou opcional de fábrica); Trava elétrica nas portas; Protetor de caçamba (de série ou opcional de fábrica); Ar-condicionado; Banco do motorista com ajuste de altura; Controle elétrico dos vidros dianteiros; Multimídia com câmera de ré tela mínima de 8 polegadas (de série ou opcional de fábrica); Sensor de estacionamento traseiro (de série ou opcional de fábrica); Farol de neblina (de série ou opcional de fábrica); Coluna de direção com regulagem em altura e profundidade; Jogo de tapete. Demais itens: Equipado com todos os itens de série, conforme catálogo comercial do produto. Equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Garantia total do veículo pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 (cem mil) quilômetros, prevalecendo o que ocorrer primeiro, a contar de efetivo recebimento do veículo pelo Contratante. Declaração emitida pelo fabricante dos equipamentos e/ou qualquer outro documento emitido pela fabricante, que possui assistência técnica autorizada com endereço no Município de Rio Branco – Acre. Exigência de carta de Solidariedade Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

**2.3. CONDIÇÕES GERAIS**

- 2.3.1. Os veículos deverão ser novos (zero quilômetro)
- 2.3.2. Primeiro emplacamento em nome do IMAC
- 2.3.3. Atendimento às normas do CONTRAN, CONAMA e PROCONVE



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

2.3.4. Fornecimento com todos os itens obrigatórios

### **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação tem como objetivo a renovação e ampliação da frota oficial do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, considerando o estado de conservação dos veículos atualmente disponíveis, os quais apresentam elevado desgaste, custos crescentes de manutenção e recorrentes indisponibilidades operacionais.

3.2. As atividades desempenhadas pelo IMAC exigem deslocamentos constantes em áreas de difícil acesso, incluindo estradas não pavimentadas e regiões remotas, o que demanda veículos robustos, confiáveis e adequados às condições de uso.

3.3. A insuficiência da frota compromete a execução das ações de fiscalização ambiental, monitoramento e combate a ilícitos, impactando diretamente a eficiência institucional.

3.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de aquisições futuras, considerando a possibilidade de ampliação de recursos, inclusive oriundos de emendas parlamentares.

3.5. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada ao interesse público.

### **4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

4.1. Para a referida aquisição, pretende-se realizar processo Licitatório com fundamento legal na Lei nº 14.133/21, Decreto Estadual 11.363/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores e, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

### **5. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

5.1. As aquisições possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como bens de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

### **6. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

6.1. A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão no Plano de Contratações Anual de 2025, estando alinhada ao Planejamento da Administração.

### **7. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPRESAS – ME**

7.1. A presente contratação não será destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nem será aplicado o benefício de cota reservada, tendo em vista que os itens que compõem o objeto possuem valores estimados superiores ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme estabelecido na legislação vigente.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

7.2. Adicionalmente, verifica-se que o objeto da contratação demanda fornecimento com especificações técnicas e capacidade operacional compatíveis, não sendo recomendável a fragmentação da contratação, sob pena de prejuízo à eficiência e à padronização da frota.

7.3. Dessa forma, assegura-se a ampla competitividade do certame, observando-se, no que couber, o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação aplicável.

## **8. PRAZO DO CONTRATO**

### **8.1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, que será de (01) um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 319, XI, do Decreto nº 11.363/2023 c/c art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

### **8.2. DA VIGÊNCIA**

8.2.1. O Contrato, quando formalizado terá vigência com início na data de assinatura e término no exercício financeiro.

8.2.2. No exercício seguinte, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser firmado novos contratos para contratação do saldo existente na ata, cuja duração ficará adstrita a vigência do crédito orçamentário.

8.2.3. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

### **8.3. DA EFICÁCIA**

8.3.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

8.3.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

8.3.3. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

8.3.4. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

### **8.4. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.4.1. Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na ata de registro de preços, conforme o art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

### **8.5. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DOS CONTRATOS**

8.5.1. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

8.5.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**9. DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA**

9.0.1. A empresa vencedora deverá entregar os veículos na sede do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, na Avenida Paulo Lemos de Moura, Portal - Rio Branco/Acre, no horário de expediente da Contratante.

9.0.2. As entregas deverão ocorrer no endereço indicado no item anterior, de segunda a sexta-feira de 7h às 14h, ou em outro local, em horário comercial, desde que acordado com a contratante e a contratada;

**9.1. PRAZO PARA ENTREGA:**

9.1.1. Os veículos deverão ser entregues num prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogáveis devidamente justificados, contados a partir da assinatura da nota de empenho.

9.1.2. Os veículos somente serão considerados entregues quando emplacados, transferidos pela contratada a este IMAC, às suas expensas.

9.1.3. Contra defeitos de fabricação, fica válida a garantia oferecida pela fabricante do veículo, a qual deverá ter duração mínima de 3 (três) anos, ou 100.000.km, conforme especificado no item 2 deste Termo de Referência.

**10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

10.1. A Empresa contratada deverá entregar os veículos em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

10.2. O descumprimento do prazo de entrega estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

10.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

10.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

10.5. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

10.6. Provisoriamente: Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

- 10.7. Definitivamente: Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.
- 10.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 10.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.
- 10.10. A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.
- 10.11. No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o bem será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.
- 10.12. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).
- 10.13. Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.
- 10.14. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro.
- 10.15. Os veículos deverão ser entregues já emplacados, junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Acre - DETRAN/AC, em nome do Instituto de Meio Ambiente do Acre com as taxas de emplacamento, licenciamento e Seguro Obrigatório- DPVAT pagos, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRV/CRLV) e com o pagamento da transferência, tributos, encargos sociais e quaisquer outras despesas que incluam ou venham a incidir no preço proposto.

## **11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 11.1. Os veículos deverão atender às normas ambientais vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, observando os limites de emissão de poluentes aplicáveis à categoria.
- 11.2. Sempre que disponíveis no mercado, os veículos deverão possuir classificação favorável no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular – PBEV, priorizando-se aqueles com maior eficiência energética dentro de sua categoria.
- 11.3. Adicionalmente, serão considerados critérios desejáveis:





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

- 11.4. Classificação “A” ou superior em eficiência energética no PBEV, quando disponível para o modelo ofertado;
- 11.5. Atendimento às fases mais recentes do PROCONVE;
- 11.6. Presença de tecnologias que contribuam para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes;
- 11.7. Certificações ou selos de eficiência energética reconhecidos nacionalmente, tais como o selo CONPET, quando aplicável.
- 11.8. Ressalta-se que tais critérios não possuem caráter eliminatório, devendo ser considerados como diretrizes de sustentabilidade, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações públicas.

**12. GARANTIA DOS VEÍCULOS E SEUS ACESSÓRIOS**

- 12.1. A empresa contratada deverá garantir, no mínimo, a cobertura de garantia de 3 (três) anos ou 100.000 (cem mil) km, conforme exigido no item 2 deste Termo de Referência, abrangendo o veículo, seus componentes e acessórios. Durante esse período, todas as intervenções necessárias deverão ser realizadas integralmente por conta da contratada.
- 12.2. A garantia ofertada compreende a manutenção de âmbito nacional do veículo.
- 12.3. A garantia fornecida pela Empresa contratada/vencedora do certame deverá ser contada a partir do recebimento definitivo do objeto.
- 12.4. Aplica-se, no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no tocante a garantia do veículo ofertado.
- 12.5. Durante o período de garantia, a Empresa contratada/vencedora se compromete a cumprir diretamente ou por intermédio de empresa credenciada as seguintes obrigações:
- 12.6. Prestar o serviço de assistência técnica em garantia, quanto aos defeitos de fabricação, compreendendo reparos e substituições de peças/materiais às suas expensas, obrigando-se a colocar os veículos em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do início do atendimento.
- 12.7. Substituir o veículo no prazo de até 90 (noventa) dias se, durante o período de garantia, este apresentar pane total ou defeito sistemático que impeça o bom funcionamento, não sanados pela assistência técnica.
- 12.8. No caso de substituição do veículo, o novo bem terá o mesmo prazo de garantia originalmente concedidos aos substituídos, a contar da data que ocorrer a substituição.

**13. ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 13.1. A Empresa contratada deverá obrigatoriamente prestar assistência técnica e manutenção do veículo ofertado, que deverá ser prestada por empresas credenciadas ao fabricante do veículo, sendo que esta assistência será prestada durante todo o período de garantia dos veículos.





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

13.2. Deve constar o nome das empresas, ou da própria licitante, ou das suas representantes ou credenciadas, que prestarão os serviços de assistência técnica aos veículos, durante o período de garantia, contendo os seguintes dados: a razão social, CNPJ, endereço completo, número do telefone e do fax, se houver, e o nome da pessoa responsável para contato.

13.3. Assistência Técnica deverá ser realizada por empresa credenciada ou concessionária, estabelecida na capital do Estado do Acre, cidade de Rio Branco, por meio de documento expedido pelo fabricante do veículo.

13.4. As despesas relativas à manutenção preventiva decorrente do uso regular dos veículos, tais como substituição de óleo, filtros, lubrificantes e demais insumos de desgaste natural, serão de responsabilidade da Administração contratante.

13.5. Não se incluem nessa responsabilidade os serviços e substituições decorrentes de defeitos de fabricação, vícios ou falhas dos veículos, os quais deverão ser integralmente cobertos pela garantia fornecida pela contratada, sem qualquer ônus para a Administração

#### **14. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

14.1. DA REFERÊNCIA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

14.1.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo administrativo.

14.1.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

14.2. LEGISLAÇÃO APLICADA AO OBJETO:

14.2.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

14.2.2. Decreto Estadual nº 11.363/2023

14.2.3. Lei n.º Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do Consumidor.

#### **15. GESTÃO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

15.1. A presente contratação foi submetida à análise de riscos, conforme previsto no planejamento da contratação, tendo sido identificados os principais eventos que podem impactar a execução do objeto, bem como definidas as respectivas medidas de mitigação.

15.2. A matriz de riscos da contratação encontra-se devidamente elaborada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, documento integrante do processo administrativo, contemplando a identificação, análise e tratamento dos riscos relacionados às fases de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual.

15.3. Os principais riscos identificados estão relacionados a eventual atraso na entrega dos veículos, apresentação de propostas inexequíveis e possibilidade de fracasso do certame, sendo previstas medidas preventivas e corretivas para mitigação desses eventos.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

- 15.4. Durante a execução contratual, caberá ao gestor e ao fiscal do contrato o monitoramento contínuo dos riscos, adotando as providências necessárias para evitar ou minimizar impactos à Administração.
- 15.5. Dessa forma, considera-se que os riscos da contratação são conhecidos, avaliados e controláveis, não comprometendo a viabilidade da contratação.

**16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 16.1. DA SUBCONTRATAÇÃO
- 16.1.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.
- 16.2. DA AMOSTRA
- 16.2.1. A critério da autoridade competente, não será exigida a apresentação de amostras.
- 16.3. VISTORIA
- 16.3.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução do objeto.

**17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 17.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:
- 17.2. Cód. Órgão / Unidade Executora: 720.605
- 17.3. Programa de Trabalho: 2170.0000 - Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais - Fundo Estadual de Comando e Controle FECCA.
- 17.4. Elemento de Despesa: 44.90.52.00
- 17.5. Fonte de Recurso: 17530700 e 27530700

**18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 18.1. Arcar com todos os custos necessários à completa execução do contrato.
- 18.2. Arcar com eventuais danos e prejuízos causados à Administração contratante e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos durante a execução do objeto.
- 18.3. Assumir, integralmente, a responsabilidade por quaisquer acidentes nos quais possam ser vítimas seus empregados ou prepostos durante a entrega dos veículos nas dependências da Administração contratante, por omissão, negligência e descumprimento das recomendações técnicas e daquelas estabelecidas neste termo.
- 18.4. Atender com presteza às reclamações sobre a qualidade do veículo fornecido.
- 18.5. Colocar à disposição da Administração contratante, os meios necessários à comprovação da qualidade do veículo, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no termo de referência.
- 18.6. Comunicar à Administração contratante, imediatamente e por escrito, acerca de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução,



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela Administração contratante.

- 18.7. Comunicar à Administração contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 18.8. Cumprir os prazos estabelecidos.
- 18.9. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 18.10. Dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários pela Administração contratante.
- 18.11. Efetuar a entrega do veículo em perfeitas condições, observando as especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado do respectivo documento fiscal, no qual constarão, dentre outras, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade/garantia.
- 18.12. Emitir o documento fiscal no valor pactuado juntamente com as comprovações de regularidade junto à Seguridade Social (INSS), Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal, apresentando-a à Administração contratante para ateste e pagamento.
- 18.13. Entregar o veículo acompanhado dos respectivos documentos fiscais e da Nota de Empenho no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados da data da solicitação pela Administração contratante.
- 18.14. Executar o objeto, de acordo com as normas técnicas em vigor e as condições apresentadas em sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 18.15. Exercer as suas atribuições em perfeita consonância com as disposições normativas da Administração contratante, sob a pena de se constituir em inadimplência contratual.
- 18.16. Fornecer o objeto em estrita conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência e seus anexos.
- 18.17. Indenizar qualquer prejuízo ou reparar os danos causados à Administração contratante por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução do objeto, após processo administrativo de apuração.
- 18.18. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 18.19. Informar em sua proposta, sob pena de desclassificação, o fabricante/marca e referência do veículo ofertado.
- 18.20. Informar, após a assinatura da ARP, número de telefone e correio eletrônico, bem como o endereço da sede da Empresa contratada, a fim de poder receber as notificações e comunicações da Administração contratante.
- 18.21. Manter atualizado o seu cadastro junto ao Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

- 18.22. Manter atualizados os dados da Empresa e de seus representantes, tais como: endereços, telefones, e-mail dentre outros.
- 18.23. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente aquisição.
- 18.24. Obedecer aos prazos preestabelecidos para execução do objeto.
- 18.25. Providenciar o transporte e a entrega, inclusive o descarregamento do veículo, se for o caso.
- 18.26. Relatar à Administração contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da execução do objeto e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados.
- 18.27. Responder, toda e qualquer notificação enviada pela Administração contratante em até 02 (dois) dias úteis, contadas da data do envio da respectiva notificação.
- 18.28. Em caso de descumprimento, os prazos constantes na notificação se iniciarão automaticamente após os 02 (dois) dias úteis.
- 18.29. Responder pelos danos causados diretamente à Administração contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- 18.30. Responsabilizar-se pela qualidade do veículo, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida no termo de referência.
- 18.31. Ressarcir a Administração contratante do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto licitado, exceto quando isso ocorrer por exigência da própria Administração contratante, ou ainda por caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.
- 18.32. Retirar a Nota de Empenho no prazo consignado na notificação;
- 18.33. Solucionar qualquer tipo de problema relacionado a execução do objeto;
- 18.34. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da Administração contratante, aos regulamentos de segurança e disciplina, por esta instituído, mantendo-os devidamente uniformizados e identificados por crachá;
- 18.35. Substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 18.36. Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor; (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- 18.37. Zelar pela padronização e qualidade do veículo fornecido.

**19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 19.1. São responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE:



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

- 19.2. Efetuar o pagamento, das notas fiscais correspondentes, após devidamente atestadas por servidor designado para fiscalizar o Contrato;
- 19.3. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;
- 19.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes à entrega dos bens que venham a ser solicitados pelos representantes da CONTRATADA;
- 19.5. Supervisionar, sempre que julgar necessário, a execução do objeto, por intermédio do fiscal ou demais servidores que estiverem acompanhando a entrega dos bens;
- 19.6. Indicar o local necessário ao fornecimento do objeto;
- 19.7. Receber os veículos e realizar os respectivos pagamentos nos prazos pactuados, desde que atendidas as condições para tanto;
- 19.8. Não receber os veículos dissonantes das especificações contidas na Proposta Comercial, no Edital e seus anexos;
- 19.9. Rejeitar todo e quaisquer veículo cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes deste Termo de Referência;
- 19.10. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência e seus anexos;
- 19.11. Permitir o acesso de funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados, às dependências da SEAD e a dados e informações necessárias à execução do objeto;
- 19.12. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidores designados como representantes do CONTRATANTE (gestor e fiscal do contrato), que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestarão as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;
- 19.13. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inclusive as resultantes de imperfeições técnicas, emprego de materiais inadequados ou de qualidade inferior, e, na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos;
- 19.14. O setor responsável pela execução do objeto comunicará à CONTRATADA, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução do objeto, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 19.15. Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais cabíveis, quando necessárias;
- 19.16. Comunicar oficialmente à CONTRATADAS quaisquer falhas ocorridas, principalmente as consideradas de natureza grave;
- 19.17. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por quaisquer danos



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

19.18. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;

19.19. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

19.20. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

19.21. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

19.22. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

19.23. O CONTRATANTE poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que causar embaraços à fiscalização e se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas;

19.24. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar nas notas fiscais/faturas, os débitos e multas da CONTRATADA previstos neste instrumento e/ou na legislação, bem como os valores pagos a terceiros a título de ressarcimento de danos causados pela CONTRATADA, caso ocorra;

19.25. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do objeto;

19.26. Solicitar por escrito a substituição dos veículos que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a especificação;

19.27. Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor; (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990);

19.28. Verificar a regularidade da Empresa contratada, junto ao Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AC, antes de cada pagamento;

19.29. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Empresa contratada junto à Seguridade Social (INSS), Receita Federal, FGTS, Justiça do Trabalho, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal;

19.30. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, se o veículo entregue pela Empresa contratada está de acordo com as especificações constantes deste Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo

## **20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

20.1. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato de fornecimento de veículos ou da nota fiscal, que deram origem ao atestado. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone de



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato com a(s) empresa(s) atestante(s).

**21. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

21.1. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

**22. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS**

22.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de bens comuns, com características padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, não demandando a conjugação de capacidades técnicas ou operacionais de múltiplas empresas para sua adequada execução.

22.2. Adicionalmente, a vedação à participação de consórcios não compromete a competitividade do certame, uma vez que o mercado fornecedor é amplo e composto por diversas empresas aptas a fornecer o objeto de forma individual.

22.3. Dessa forma, a participação de consórcios mostra-se desnecessária para a presente contratação, podendo inclusive dificultar a gestão contratual e a apuração de responsabilidades, razão pela qual se opta por sua não admissão

**23. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

23.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

23.2. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

23.3. À Contratante caberá realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

23.4. Enquanto eventuais solicitações de revisão/ajuste de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

23.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

23.6. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

23.7. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**24. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

24.0.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

24.0.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

24.0.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

24.0.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

24.0.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**24.1. PREPOSTO**

24.1.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

24.1.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**24.2. FISCAL DO CONTRATO**

24.2.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

24.2.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

24.2.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

24.2.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

24.2.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

- 24.2.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
- 24.2.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- 24.2.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 24.2.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 24.2.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 24.2.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 24.2.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 24.2.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 24.2.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 24.2.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 24.2.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 24.2.17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 24.2.18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 24.2.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 24.2.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 24.2.21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 24.2.22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 24.2.23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 24.2.24. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

- 24.2.25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.
- 24.3. **GESTOR DO CONTRATO**
- 24.4. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 24.5. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 24.6. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 24.7. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 24.8. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 24.9. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 24.10. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 24.11. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 24.12. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 24.13. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 24.14. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 24.15. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 24.16. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 24.17. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 24.18. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 24.19. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;

24.20. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei

24.21. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas

24.22. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões

24.23. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

24.24. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

24.25. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas;

24.26. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

## **25. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

25.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

25.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

25.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

25.4. Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC; CNPJ: 14.339.097/0001-76, endereço Avenida Paulo Lemos de Moura, s/nº, Bairro Portal da Amazônia, Rio Branco/AC, CEP 69.915-777e/ou



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

25.5. Fundo Estadual de Comando e Controle Ambiental - FECCA; CNPJ: 00.726.078/0001-98, Avenida Paulo Lemos de Moura, s/nº, Bairro Portal da Amazônia, Rio Branco/AC, CEP 69.915-777

25.6. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

25.7. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

25.8. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$ ), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

25.9. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Avenida Paulo Lemos de Moura, s/nº, Bairro Portal da Amazônia, Rio Branco/AC, CEP 69.915-777, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

25.10. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

25.11. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

25.12. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

25.13. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

**26. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

26.1. DA MODALIDADE

26.1.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

26.2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

26.2.1. Menor preço por item.

26.2.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, solicitadas de acordo com a demanda das necessidades do IMAC.

26.2.3. Poderá participar deste Pregão Eletrônico, qualquer Pessoa Jurídica, regularmente habilitada, desde que cumpra todas as exigências constantes do edital e seus anexos, no ato de abertura da sessão;

26.3. PROPOSTA

26.3.1. A apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições do edital;

26.3.2. Na proposta de preços deverá constar a discriminação detalhada do material, marca (se houver), tipo, a quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já considerando todas as despesas, tributos, fretes, transportes e quaisquer outros custos que incidam, direta ou indiretamente, sobre os materiais, ainda que não estejam registrados nestes documentos;

26.3.3. Ao formular a proposta de preços, os licitantes deverão atentar-se para que o valor unitário do item ofertado, seja um número de até duas casas decimais, evitando assim, a ocorrência de preços unitários inexatos ou com mais de duas decimais e possíveis problemas quanto à emissão da nota de empenho e dos documentos fiscais.

26.3.4. Deverá ser comprovada capacidade de Assistência Técnica por empresa credenciada ou concessionária, estabelecida na capital do Estado do Acre, cidade de Rio Branco, por meio de documento expedido pelo fabricante do veículo.

26.3.5. Julgamento e Aceitação:

26.3.6. Será considerada vencedora, a empresa, cuja proposta contenha o menor valor por item e, desde que, atenda todas as exigências contidas neste Termo, bem como, no Edital do Pregão;

26.3.7. O prazo mínimo de validade das propostas de preços será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

27.1. A Contratada ficará sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

27.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste certame, a Administração do Órgão, garantida a prévia defesa, aplicará as fornecedoras as sanções previstas no Termo de Referência.

27.3. Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução que vierem a acarretar prejuízos ao CONTRATANTE, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

físicos a terceiros, nos termos da Lei.

27.4. Aos fornecedores que praticarem ilícitos administrativos na licitação, no procedimento de dispensa ou inexigibilidade licitatória e nos contratos, serão aplicadas as seguintes sanções, conforme artigo 156 da Lei 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar ou contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

27.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observado o princípio da proporcionalidade.

27.6. Quando o fornecedor, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações administrativas, idênticas ou não, as penas aplicadas serão cumuladas, respeitados os limites máximos previsto na legislação pertinente.

27.7. A advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor, em decorrência de atos menos graves e que ocasionem menores riscos para a Administração e, se for o caso, conferindo prazo para a adoção de medidas corretivas cabíveis;

27.8. A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos previsto com base na legislação pertinente.

27.9. As penalidades de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas conjuntamente com a de multa.

27.10. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, por prazo não superior a dois anos, podendo chegar a cinco anos em se tratando da modalidade pregão.

27.11. A suspensão temporária impedirá o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública, e será aplicada, dentre outros, nos seguintes casos e períodos.

27.12. A partir da terceira conduta sancionada na forma do inciso IV, ocorridas no período de até sessenta meses, qualquer que tenha sido a pena aplicada, poderá a terceira sanção ser majorada para até cinco anos, quando a última sanção decorra de conduta praticada na modalidade Pregão.

27.13. Declaração de inidoneidade é a sanção que qualifica negativamente o fornecedor, impedindo-o de licitar e contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção.





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

- 27.14. A reabilitação do fornecedor perante a Administração se dará pelo cumprimento de obrigações de fazer, de pagar ou por ambas.
- 27.15. No ato da declaração de inidoneidade, a Administração deverá indicar desde já, para fins de reabilitação do licitante ou contratado, as obrigações de fazer ou o valor do ressarcimento e os critérios de correção nas obrigações de paga.

**28. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 28.1. O contrato poderá ser extinto, nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021, a qual deverá ser formalmente motivada, assegurados o contraditório e ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

- 28.2. Deverá a CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de regularidade fiscal exigidas neste Termo de Referência, prevendo, como sanções para o inadimplemento a essa cláusula, a extinção do contrato e o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei.

**29. DOS IMPEDIMENTOS**



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

29.1. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de Cargo de Direção, Chefia ou Assessoramento desta Autarquia, consoante ao art.14 inciso IV da Lei 14.133/2021.

**30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

30.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**31. ANEXO**

31.1. A Adesivagem/Plotagem - grafismos conforme padrão dos veículos oficiais do Governo do Estado do Acre a ser confirmado pela contratante após formalização da aquisição deve seguir as seguintes orientações: a aplicação da marca deverá seguir o padrão utilizado nas assinaturas conjuntas seguindo as diretrizes do Manual Prático de Marca do Governo do Estado do Acre presente nos autos SEI Nº 0020347605.

Elaborador:

**Johnny Willian Silva de Lima**  
Chefe da Divisão de Compras, Licitações e Contratos  
Portaria nº 243/2025 – IMAC



Autoridade Requisitante:



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**

**José Denis Moura dos Santos**  
Diretor Administrativo e Financeiro  
Decreto nº 10.232-P, 22/04/2025



Autoridade Responsável pela Aprovação:

**André Luiz Pereira Hassem**  
Presidente do IMAC  
Decreto Nº 924-P  
DOE Nº 13.454





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - IMAC**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000001/2026**



Documento assinado eletronicamente por **JOHNNY WILLIAN SILVA DE LIMA**, em 20/04/2026, às 16:37, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP5D39E6 92492F94 D5414B9B 470E4367** e código CRC **D4FB3D**